

Autopoiese e Sistema Turístico

Thiago Duarte Pimentel¹

Mariana Pereira Chaves Pimentel²

Resumo: A leitura mais usual do turismo é feita segundo a teoria dos sistemas. Ela foca as relações entre o sistema e seu ambiente, cujos elementos geralmente são tomados como variáveis independentes em função das quais o sistema turístico (ST) deve se adaptar. Porém, pouco se discute sobre essa relação, sobretudo, nesta ordem. Este ensaio visa analisar como o meio pode exigir do ST respostas operacionais de funcionamento. Partiu-se de Luhmann, para quem os sistemas são dinâmicos, tanto pelo seu funcionamento interno como pelas suas relações com o ambiente, gerando operações autoconstitutivas ou autopoieticas. Para analisar como o meio pode exigir dos ST respostas operacionais de funcionamento, apresentamos três possíveis ST, delimitados por escalas espaciais: mundial, nacional, e regional/municipal. Percebemos que o ambiente é capaz não só de interferir sobre os ST, afetando seu funcionamento, como de distingui-los entre si. Concluímos que a forma dos ST parece não ser autoreferenciada, mas referenciada por dinâmicas alheias ao sistema.

Palavras-chave: Teoria dos Sistemas; Ambiente; Autopoiesis; Sistema Turístico.

¹ Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Doutorando em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Mestre em administração pelo CEPEAD/UFMG. Bacharel em turismo pela UFMG. Endereço: Departamento de Turismo (DepTur), sala A-IV-46. Instituto de Ciências Humanas /UFJF. Minas Gerais/MG - Brasil. Rua José Lourenço Kelmer, Campus Universitário, São Pedro. CEP.: 36036-330. Email: thiagodpimentel@gmail.com.

² Doutoranda em Ciências Sociais e professor do curso de Guia de Turismo do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Santos Dumont. E-mail: marianachaves82@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O turismo, frequentemente, é visto como um fenômeno que se compõe pela articulação de diversas relações. É constituído por, ao mesmo tempo em que constitui, relações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Deste modo, é influenciado e capaz de influenciar o meio ambiente no qual se estabelece.

Por essas características, a abordagem mais usual dentre os pesquisadores do turismo é a que o concebe como um sistema (BENI, 2001). O sistema, sob essa perspectiva, pode ser definido como um conjunto de componentes ordenados e inter-relacionados que se afetam entre si (BERTALANFY, 1973; BUCLKEY, 1971; KATZ, KAHN, 1986).

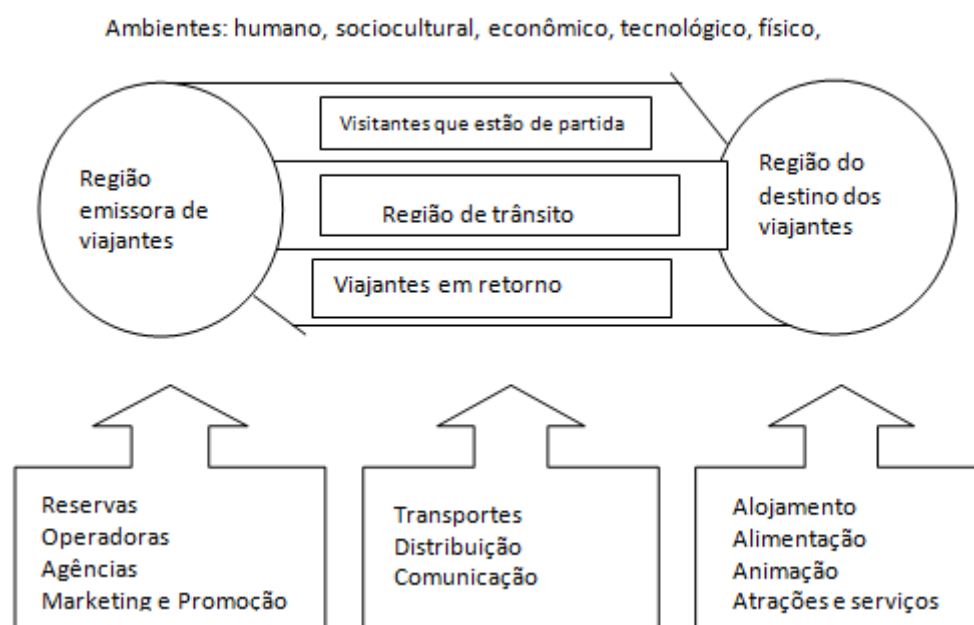


Figura 1.2 Sistema turístico de Leiper.

Fonte: Leiper (1990) *apud* Cooper *et. al.* (2007, p. 37).

Tratado dessa maneira, o conceito de sistema se aproxima das definições que o concebem como relacionamento entre elementos³. Mas essa abordagem, segundo Luhmann (2009), não considera a unidade de operação que designa o sistema. Para ele, há que se considerar o princípio de que um único tipo de operação produz o sistema, operação esta que deve ser mediada pelo fator tempo, isto é, o sistema é resultado da recursividade de um mesmo tipo de operação. A operação deve ter a capacidade de concatenar no tempo outras operações do mesmo tipo, o que

³ Para Luhmann (2009, p. 89), as definições disponíveis sobre o conceito de sistema o tratam como *relacionamento entre elementos*, ou na *relação entre estrutura e processo*, ou em um *autoproceto estrutural que se conduz a si mesmo*.

pressupõe uma conexão seletiva das operações, deixando que ocorram em outro lugar operações distintas.

A diferença entre sistema e meio resulta, portanto, do simples fato de que a operação se conecta a operações de seu próprio tipo, deixando de fora as demais operações.

O que importa no esquema teórico de Luhmann analisa Cohn (1998), é a concepção eminentemente dinâmica dos sistemas, que aparecem como entidades operacionais, vistas da perspectiva do seu funcionamento em termos de relações internas e, inseparáveis destas, de relações com o ambiente. É neste sentido que Luhmann reúne condições para inverter a ótica estrutural-funcional de Parsons, ao deslocar a questão de quais as funções requeridas pelo sistema para a questão de como este é levado a responder a exigências funcionais, vale dizer, operacionais de funcionamento.

A partir do momento em que cabe ao sistema responder a exigências funcionais, e essas exigências derivam de relações com um ambiente marcado pela contingência (ambiente este incapaz de orientar a constituição mais adequada do sistema), o sistema enfrenta uma tarefa nova: a de criar por sua conta os seus próprios elementos, realizar operações autoconstitutivas, para as quais Luhmann adotou o termo *autopoiesis*⁴.

Luhmann (1982, p.132) argumenta que “a agudeza da distinção entre sistema e ambiente pode ser mais importante que o grau de integração”. Isto porque a sociedade moderna é um sistema social de maior grau que qualquer das sociedades tradicionais, e esta pode ser um das razões pelas quais ela não pode prover um alto grau de integração social.

Quando se efetua uma distinção, para Luhmann (2009), traçando-se uma marca que separa duas partes, se estabelece a forma do sistema. A forma é, portanto, uma linha fronteira que marca uma diferença. O sistema é caracterizado por uma forma composta por dois lados: o próprio sistema e o meio. Nenhuma parte da forma é algo em si mesma, “e se atualizada unicamente pelo fato de que se indica essa parte, e não a outra. Nesse sentido, a forma é autorreferência desenvolvida; mas, mais precisamente, autorreferência desenvolvida no tempo” (LUHMANN, 2009, p. 86).

⁴ O conceito de *autopoiesis* designa a circularidade da auto-reprodução. Assim, sistemas autopoieticos são sistemas que precisam produzir, eles próprios, todas as unidades que necessitam para a continuidade de suas operações. Eles operam num mundo sem o qual não poderiam existir, e suas operações pressupõem um acoplamento estrutural com o mundo. (LUHMANN, 1997, p.53).

Segundo Cohn (1998, s/n), toda a ênfase de Luhmann repousa sobre dois pontos: (1) que a forma não é um enquadramento para ações, mas é a condição de operações que individualizam um sistema; (2) que a forma nada tem a ver com a formação de identidades, mas, pelo contrário, é intrinsecamente uma diferença, e só funciona ao se reproduzir como tal em cada operação do sistema. Assim, “as formas não são diretamente operações, mas são elas que conferem especificidade às operações próprias a cada sistema, ao se reproduzirem nelas”.

Tal consideração teórica sobre a forma, baseada no cálculo matemático de Spencer-Brown, evidencia que a Teoria dos Sistemas opera em um (grifo nosso) lado da forma. Com isso também fica indicado que, apesar da pretensão de universalidade da Teoria dos Sistemas (grifo do autor) (...), existe na teoria da forma um nível mais alto de generalidade e abstração, que poderia ser aplicado às matemáticas, à semiologia, à Teoria dos Sistemas (grifo do autor), e ainda um bom número de temas atualmente em discussão: meio/forma; acoplamento débil/acoplamento forte...” (LUHMANN, 2009, p.88).

Como aponta Luhmann (2009), a Teoria dos Sistemas tende a considerar apenas um dos lados da forma, o próprio sistema, em detrimento do outro lado, o meio. O autor sugere ainda que a discussão de temas da teoria da forma que incorporem esta dimensão subobservada da Teoria dos Sistemas poderia contribuir para esta Teoria.

A partir desse ponto é possível construir a questão de pesquisa que orienta este trabalho. Se o sistema é uma forma de dois lados: sistema e meio, e se o lado do sistema se define por suas operações; qual a contribuição do meio para a conformação do sistema? Mais especificamente, tomando o sistema turístico por objeto de análise deste trabalho, como o meio pode exigir do sistema turístico respostas operacionais de funcionamento?

O objetivo deste trabalho é, então, analisar como o meio pode exigir do sistema turístico respostas operacionais de funcionamento. Para efetuar a distinção entre sistema e meio optou-se por indicar a forma do sistema segundo critérios espaciais, tomando-se três escalas territoriais diferentes: macro (mundial); meso (nacional); e micro (regional/municipal). Quanto a observação da relação ambiente-sistema, tomou-se por ambiente o contexto capitalista global no qual se inserem os sistemas turísticos a partir do século XX, e analisaram-se as implicações decorrentes do posicionamento dos sistemas turísticos nesse ambiente.

2 O AMBIENTE: a constituição da contradição centro *versus* periferia

A revolução industrial é normalmente responsabilizada pela onda de transformações econômicas e pelo destino dos povos modernos. Contudo, segundo Ribeiro (1979), outro fator

decisivo se deve ao condicionamento das potencialidades de progresso desta evolução tecnológica por dois fatores restritivos, a) de natureza estrutural, relativo às disputas entre patrões e empregados; b) de modos de integração dos povos na civilização industrial, por aceleração produtiva ou por atualização histórica⁵.

Contudo, para o autor, nenhuma dessas formas de condicionamento é inerente à revolução industrial, pois todas as revoluções tecnológicas anteriores difundiram-se por processos civilizatórios cuja capacidade de desenvolvimento vinculava-se ao caráter de sua estratificação social. Assim, as sociedades humanas evoluem por duas vias distintas, mas complementares. A primeira, mais rara, tende a desenvolver-se intensamente pelo domínio autônomo da nova tecnologia e pela subjugação dos povos sob os quais se impõe economicamente. A segunda via, mais frequente, corresponde à incorporação, ou atualização histórica, onde se é envolvido e dominado pela expansão de outros povos.

A reflexão sobre desenvolvimento entra em cena no cenário mundial nos anos 1940, no contexto de reconstrução da Europa devastada pela guerra, período em que os países europeus, até então autônomos, passam a sofrer de problemas similares aos de outras periferias: estrutura fundiária anacrônica, agricultura camponesa atrasada, desemprego e subemprego crônicos, e necessidade de um Estado capaz de enfrentar o desafio de estabelecer regimes democráticos capazes simultaneamente de conduzir a reconstrução do pós-guerra e de superar o atraso social e econômico.

A partir de então, pode-se destacar três correntes de pensamento acerca do desenvolvimento (SUNKEL, 1979). A primeira delas concebe o desenvolvimento como crescimento, definido em termos de renda por habitante e de taxa de crescimento. Nela admite-se que o objetivo do desenvolvimento seja alcançar o mesmo tipo de sistema econômico, social e político existente nos países considerados altamente desenvolvidos, ou seja, concebe-se o desenvolvimento como um processo de avanço no sentido do capitalismo maduro. Contudo, desenvolvimento e crescimento distinguem-se, segundo Singer (1982), pelo fato de que o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, mais comumente observável nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos nos países.

⁵ Darcy Ribeiro (1979) associa à aceleração produtiva a estruturação autônoma de uns povos, e à atualização histórica a conformação de outros povos como dependentes da prosperidade alheia.

Segue-se então o reconhecimento da natureza, e não do grau, entre os sistemas econômicos destes dois tipos de países.

Numa segunda corrente, desenvolvimento é visto como uma sequência de etapas históricas que são, em geral, as mesmas observáveis na evolução dos países centrais. Contudo, para Frank (1966), a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não é apenas comparativa, resulta de um processo histórico de influência recíproca entre duas realidades, concomitante ao processo de fortalecimento do sistema capitalista. Lenin (1979[1917]) já denunciava a idéia, para ele profundamente errada, de que a supremacia do capital financeiro, característica da fase superior do capitalismo, atenuaria as desigualdades e as contradições da economia mundial, pois para ele as reforça. Em sua visão, o processo de acumulação tendeu sempre a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma diversidade de economias periféricas; cujas disparidades continuam a agravar-se, tanto entre as economias mundiais como dentro do próprio território nacional.

A terceira corrente coloca a tônica da política de desenvolvimento num conjunto de reformas estruturais, na função do Estado como orientador e promotor, e numa ampliação das modalidades de financiamento externo e do comércio internacional. Como consequência de certa frustração das políticas nacionais de desenvolvimento e da cooperação internacional, os especialistas chegaram à percepção de que esse conjunto de políticas foi esboçado a partir de modelos demasiadamente simplistas e unilaterais. Estes teóricos questionam a razão de desempenhos tão diversos em diferentes partes da América. Apontam como motivo a desvantagem relativa em razão do nível de vida inicial dos imigrantes e do transplante das estruturas aristocráticas da metrópole para as colônias (FRANK, 1980). Argumentos refutados por Ribeiro (1979), pois como demonstrou, tratam-se de diferentes processos civilizatórios.

Novas abordagens, como o “novo desenvolvimentismo” de Bresser Pereira (2007), intitulada pelo autor como alternativa ao projeto neoliberal, e o “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen (2000), não consideram que se possa prescindir do uso dos mercados no processo de construção de um desenvolvimento substancial, na verdade eles seriam indispensáveis como suporte. A estrutura capitalista de produção deste modo é mantida, apresentando-se propostas de cunho mais liberalista ou mais social-democrata.

Outros teóricos, contudo, influenciados pelo movimento revolucionário iniciado por Marx e Engels, posteriormente revigorado por Lenin, Trotsky e outros, dedicaram-se a analisar o

fenômeno do desenvolvimento não a partir de uma análise histórica linear, ao contrário, a partir de uma noção de totalidade, quer dizer, a partir do conjunto das relações entre os países.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (LOWY, 1998) jogaria luz neste debate. Nela argumenta-se que com a universalização do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta e contraditória. Não é concebida a pertinência de um processo de desenvolvimento equilibrado no capitalismo e nem em desequilíbrios, pois o processo de avanço do capitalismo traz inerentemente a produção da miséria.

Mais tarde, a Teoria da Dependência retomaria as ideias de Trotsky. Seus teóricos buscaram explicar os processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial. A dependência expressa subordinação, que o desenvolvimento desses países está submetido ao desenvolvimento de outros países, e não era forjada pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos. Assim, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência.

Como desdobramentos da Teoria da Dependência originam-se teorias correlatas, como a “nova dependência”, definida pela manutenção dos capitais e atividades econômicas mais dinâmicas das economias nacionais periféricas nas mãos das empresas transnacionais que determinam, portanto, sua dinâmica interna; e a noção de subimperialismo, que seria a expansão pelo capitalismo nacional dependente de seus capitais para as economias vizinhas, uma vez que seu mercado interno é suprimido pela superexploração do trabalho.

Percebe-se, portanto, que apesar das transformações conceituais e estruturais por que passou a noção de desenvolvimento, sobrevivem em contextos mundial e regional profundas disparidades.

3 RELAÇÕES AMBIENTE *versus* SISTEMA: implicações para os sistemas turísticos

Para discutir as implicações decorrentes do posicionamento do sistema turístico no ambiente, partimos inicialmente de uma breve análise da constituição do ambiente de relações interdependentes que caracteriza o mundo globalizado no qual se inserem os sistemas turísticos. Tendo isso em mente, seguimos para a análise das relações entre o ambiente e o sistema em três níveis: o mundial (macro); o nacional (meso), tomando como objeto o Brasil; e regional/municipal (micro), tendo por referência a região nordeste brasileira e, ainda, o estado do Ceará.

3.1 Macroambiente

O debate acerca das formas de integração ao sistema capitalista mundial despertou também o interesse de alguns estudiosos do turismo. Montejano (2001), ao comparar o desenvolvimento da atividade turística em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, percebeu que a disposição desigual dos recursos (materiais, tecnológicos, informações, etc.) entre os países tem implicações sobre o sistema turístico.

Ele subdividiu os países em quatro grupos: desenvolvidos; de desenvolvimento intermediário; em desenvolvimento ou subdesenvolvidos; e países de economia planificada.

Montejano (2001) percebeu que os países desenvolvidos (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão, etc.) são os principais emissores de turistas mundiais, e também apresentam o maior gasto diário médio por viagem, ao mesmo tempo, possuem uma alta demanda por turismo interno, além de apresentarem um receptivo de turismo internacional também alto. Quanto aos países de desenvolvimento intermediário (Grécia, Turquia, Croácia, etc.) são países predominantemente receptores, e contam também com o mercado interno de turismo aquecido. Já os países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, são predominantemente receptores, e segundo Montejano (2001) podem ser divididos em três grupos:

- 1) composto por aqueles países pequenos e especializados (Bahamas, Costa Rica, República Dominicana, etc.);
- 2) inclui aqueles países pouco especializados, porém receptivos (China, Malásia, México);
- 3) integrado por países de receptivo reduzido (Brasil, Bolívia, Equador, Nicarágua, Paraguai);

Ainda, Montejano (2001) analisa o caso dos países de economia planificada, principalmente os países do leste europeu, e observou que eles eram receptores e emissores. Diferiam-se dos países desenvolvidos, pois apesar de apresentarem emissão alta, eram emissores principalmente para os próprios países do leste europeu, e, além disso, registravam baixo gasto médio por viagem.

<p>Países desenvolvidos e emissores: mais altas taxas de emissão; mais altos gastos turísticos; mais altas demandas internas; receptivo alto</p>	<p>Países de desenvolvimento intermediário e receptores: percentual alto das receitas turísticas mundiais; consumo interno alto</p>	<p>Países em desenvolvimento e receptores: pequenos e especializados; pouco especializados mas receptivo; receptivo reduzido</p>	<p>Países de economia planificada emissores e receptores: emissão alta, para o leste europeu; baixo gasto</p>
---	--	---	--

Figura 1.3 Desenvolvimento dos países emissores e receptores de turismo internacional

Fonte: Adaptado de Montejano (2001).

Ouriques (2008), por sua vez, observa que nos últimos 50 anos os países subdesenvolvidos têm empreendido grande esforço (isenções, incentivos, doações de terra, etc.) para mudar esse cenário, contudo, ainda não foi suficiente para alterar a estrutura mundial da economia turística. O autor analisa alguns números apresentados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), relativos ao período de 1990 – 2004:

Quadro 1.1 Chegada de turistas por região do mundo

Região	1990	1995	2000	2004
Europa	60,45	58,24	57,55	55,38
EUA + Canadá	12,42	11,17	10,30	8,51
México + América Central	4,35	4,22	3,63	3,44
Caribe	2,59	2,59	2,48	2,36
América do Sul	1,76	2,17	2,21	2,09
Ásia + Oceania	12,77	15,30	16,19	18,98
África	3,47	3,78	4,11	4,50
Oriente Médio	2,19	2,53	3,52	4,73
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ouriques (2008, p.7).

Como é possível notar, a Europa concentra a maior parte do fluxo mundial de turistas (55,38%), seguida pelo conjunto composto pelos continentes asiático e Oceania, que apresenta considerável aumento do número de turistas, o que se deve, principalmente, pelo crescimento do turismo na China, crescimento este ocasionado, segundo Ouriques, de um lado, pela abertura política e econômica promovida pelo país ao longo dos anos 1980, e de outro, a baixa valorização da moeda chinesa, que favorece o câmbio para os turistas. Europa, Estados Unidos e Canadá concentraram, em 2004, 63,89% do fluxo turístico mundial.

Já o conjunto composto pelo México, Caribe, América Central e América do Sul obteve desempenho relativamente constante durante o período analisado, variando de 8,7% em 1990 para 7,89% em 2004, ou seja, sua participação na distribuição do fluxo de turistas é consideravelmente modesta.

Quanto ao conjunto composto por África e Oriente Médio, percebe-se um incremento significativo do número de turistas, passando de 5,66% em 1990 a 9,23% em 2004 (aproximadamente 60% de aumento). Porém, é válido ressaltar que mesmo tendo aumentado a porcentagem de sua participação na captação de fluxos turísticos mundiais, esse incremento, em valores absolutos, ainda é pequeno comparativamente aos índices de outras regiões. Em

decorrência dessa distribuição do fluxo internacional de turistas, a distribuição da receita turística internacional também é desequilibrada entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Quadro 1.2 Receita turística internacional por região de destino (em%)

Região	1990	1995	2000	2004
Europa	52,89	51,66	48,28	51,01
EUA + Canadá	18,83	17,74	19,70	16,08
México + América Central	2,37	1,93	2,40	2,58
Caribe	3,23	2,98	3,56	2,99
América do Sul	1,83	1,75	1,91	1,84
Ásia + Oceania	17,20	19,65	18,73	20,62
África	2,37	2,07	2,18	3,15
Oriente Médio	1,90	2,66	3,65	4,04
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ouriques (2008, p. 9).

Como se vê na tabela, a Europa, os Estados Unidos e o Canadá, juntos, concentravam 71,16% das receitas mundiais em 1990, passando em 2004 a 64,96%. Apesar dessa redução, é ainda inegável concentração das riquezas do setor nesses países. Sendo assim, o autor questiona, inclusive, o recorrente argumento de que o turismo, em si, leva ao desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento econômico parece, ao contrário, proporcionar as condições para que o turismo se desenvolva.

Para reforçar este argumento, o autor ainda menciona que, na periferia do capitalismo, o turismo não tem se apresentado como uma base para o desenvolvimento, e “nos casos mais extremos, o turismo internacional impôs aos países emergentes uma forma de desenvolvimento de tipo neocolonial, isto é, retira poder dos níveis local e regional e o concentra nas mãos das companhias multinacionais” (OURIQUES, 2008, p.12).

3.2 Mesoambiente

Os efeitos dos modos antagônicos de integração à civilização moderna apresentadas anteriormente não se reproduziram apenas entre nações, mas também no interior delas. Dentro dos países, algumas regiões de intensa produção expandem sua área de influência sobre zonas marginais dependentes (RIBEIRO, 1979). Deste modo, se constituem regiões de intensa atividade econômica, onde há disponibilidade de produtos, serviços, trabalho e renda, e outras áreas, periféricas e dependentes desses centros produtivos, nas quais esses fatores são escassos.

Como consequência, não apenas o sistema turístico mundial é afetado por esse arranjo ambiental. Uma vez que tal arranjo se replica no interior dos países, suas implicações são sentidas também nos sistemas turísticos nacionais. Analisando-se o caso brasileiro, é possível perceber

uma similaridade com os resultados apresentados por Montejano (2001) quanto a distribuição desigual dos fluxos entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

No Brasil, a região sudeste é o maior mercado emissor de turistas do país, e concentra mais de 47% dos embarques aéreos realizados. Ao mesmo tempo, é também a região que mais recebe viajantes, detendo mais de 47% dos desembarques nacionais. Apresenta, deste modo, comportamento semelhante aos países desenvolvidos analisados por Montejano (2001).

A região concentra também boa parte das receitas provenientes das atividades turísticas. Segundo o Ministério do Turismo, o mercado de eventos brasileiro gera receita de 2,9 bilhões de reais, no entanto, 75% dos eventos realizados no Brasil se concentram em São Paulo. Outro segmento restrito ao mercado do sudeste é o setor náutico, que gera receita de 500 milhões de dólares por ano no Brasil, sendo que mais de 70% dessa atividade está concentrada no sudeste, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Já a região nordeste é a segunda região que mais recebe turistas no país, o equivalente a quase 20% dos desembarques nacionais, o que corrobora com o argumento de Montejano (2001) quanto à tendência receptora das áreas subdesenvolvidas.

Por outro lado, a região nordeste é também a segunda maior emissora, registrando mais de 19% dos embarques aéreos do país. Percebe-se, de modo geral, certa homogeneidade nos fluxos emissivos e receptivos nas regiões brasileiras no ano de 2010.

Quadro 1.4 Embarques e desembarques regulares por região do Brasil - 2010

Brasil	Embarque	68.766.042	100%
	Desembarque	68.258.268	100%
Norte	Embarque	4.228.970	6,1%
	Desembarque	4.128.594	6,0%
Nordeste	Embarque	13.408.921	19,5%
	Desembarque	13.421.762	19,6%
Sudeste	Embarque	32.622.413	47,4%
	Desembarque	32.433.011	47,5%
Sul	Embarque	8.555.832	12,4%
	Desembarque	8.442.181	12,3%
Centro-Oeste	Embarque	9.949.906	14,4%
	Desembarque	9.832.720	14,4%

Fonte: elaborado a partir de dados do Ministério do Turismo.

Analisando-se resultados anteriores, entretanto, percebemos que essa homogeneidade dos fluxos emissivos e receptivos em todas as regiões é um fenômeno recente. Ao considerarmos dados de 2004, visualizamos outro cenário. Neste ano, a região nordeste contava com apenas 4,9% dos embarques nacionais e 4% dos desembarques (vôos regulares). Quanto aos vôos não

regulares (fretamentos, aluguel de aeronaves, vôos particulares), em que o percentual de viajantes a turismo é predominante, veremos que neste ano o nordeste brasileiro recebeu 65% dos desembarques nacionais, o que vai de encontro aos resultados de Montejano (2001) quanto a predominância do turismo receptivo em regiões subdesenvolvidas.

Quadro 1.5 Embarques e desembarques regulares e não regulares no Brasil e nordeste brasileiro - 2004

Região	Embarque			Desembarque		
	Regular	Não Regular	Total	Regular	Não Regular	Total
Nordeste	230.099	212.895	442.994	235.410	214.975	450.285
Brasil	4.680.891	321.257	5.002.148	5.810.944	327.273	6.138.217

Fonte: Adaptado de Dantas (2007, p.22).

Mas, este cenário parece estar se modificando. Nos últimos anos, os fluxos emissivo e receptivo vêm se homogeneizando em todas as regiões do país, resultado de uma redistribuição dos fluxos turísticos no Brasil. O acompanhamento dessas transformações do ambiente é vital para a adequação dos sistemas turísticos.

3.3 Microambiente

Se focalizarmos ainda mais a análise, perceberemos que numa região o desenvolvimento do turismo também ocorre de maneira heterogênea. Ao tomar como caso de estudo a região nordeste do Brasil, Dantas (2007) percebeu que não apenas os fluxos são dispersos, mas também os investimentos, os projetos públicos e os incentivos à iniciativa privada não são distribuídos para os estados da região de maneira equânime, isto é, igualitária.

Dantas (2007) comenta que, na primeira fase do PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), até o ano de 2005, os investimentos previstos para os estados nordestinos aproximavam-se de 900 milhões de reais, as maiores parcelas distribuídas para os estados da Bahia (300 milhões de reais) e Ceará (160 milhões de reais), totalizando 51% do montante total de recursos. Quando analisados os recursos investidos pelos governos locais em parceria com organismos regionais e nacionais, os estados da Bahia e do Ceará prosseguiram na liderança, concentrando 56,21% do total.

Quanto aos investimentos privados no turismo - que segundo Dantas (2007) estão relacionados aos investimentos públicos em infra-estrutura básica (redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública, vias de circulação) e de apoio ao turismo (sinalização, estabelecimento de informação e apoio ao turista) -, ao observar o setor hoteleiro,

Dantas (2007) concluiu que as cidades com maior número de estabelecimentos hoteleiros são justamente as capitais dos estados da Bahia (Salvador) e do Ceará (Fortaleza).

Ainda, Dantas (2007) se dedica a estudar mais especificamente o estado do Ceará, e percebe que os investimentos públicos são direcionados de maneira diferenciada para as parcelas do território. Acompanhando os objetivos do PRODETUR de instalação de infraestrutura no litoral oeste cearense, zona turística considerada prioritária no Programa, Fortaleza, como capital, destaca-se na recepção de investimentos estaduais, principalmente em função da construção de um aeroporto internacional e de rodovias litorâneas.

O autor percebeu que, de modo geral, os resultados dos investimentos públicos (aeroportos, vias litorâneas) e privados (notadamente os empreendimentos hoteleiros) no estado do Ceará são condições para atração e distribuição dos fluxos turísticos no nordeste. Contudo, observa, esses fluxos permanecem concentrados principalmente nas capitais nordestinas, e pouco alcançam outros destinos litorâneos, menos ainda os não litorâneos.

Tendo em vista o contexto em que se inserem os sistemas turísticos, a questão que se coloca refere-se às potencialidades do sistema turístico em transformar a história de regiões e nações subdesenvolvidas por meio de uma inserção ativa e autônoma na dinâmica do ambiente, sendo capaz de transformar os quadros socioeconômicos desses destinos e promover um desenvolvimento endógeno e sustentado, de modo a diminuir, e quiçá superar, a desigualdade de condições existente entre centros e periferias.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve o propósito de analisar como o meio pode exigir do sistema turístico respostas operacionais de funcionamento. Partiu-se da proposição de Luhmann (2009) de que os sistemas são dinâmicos, vistos tanto da perspectiva do seu funcionamento interno, como das relações com o ambiente.

Visto que o sistema precisa responder a exigências funcionais, e essas exigências derivam de relações com um ambiente, buscou-se investigar como o ambiente pode interferir nas operações do sistema, apesar da defesa de Luhmann de que o sistema deve por si próprio realizar operações autoconstitutivas, ou autopoieticas.

Essa iniciativa de investigação do ambiente surgiu em função de uma proposição de Luhmann quanto à forma do sistema. Para o autor, mesmo a forma sendo composta por dois

lados, o sistema e o meio, ela frequentemente é analisada na Teoria dos Sistemas considerando-se apenas um dos lados, o sistema, sendo o ambiente preterido do debate acerca de como o sistema é levado a responder a exigências funcionais.

No intuito de analisar como o meio pode exigir do sistema turístico respostas operacionais de funcionamento, foram estudados três possíveis sistemas turísticos, indicados por parâmetros espaciais, de escala mundial (macro), nacional (meso), e regional/municipal (micro). Quanto ao meio, as discussões teóricas acerca dos modos de integração dos povos na civilização moderna permitiram compreender como se constituiu o ambiente de múltiplas relações em que se inserem os sistemas turísticos na atualidade. A partir daí, foi possível perceber que, ao mesmo tempo em que são interdependentes, as relações entre o ambiente e os diferentes sistemas turísticos são desiguais, pois os recursos (materiais, tecnológicos, informações, etc.) aos quais podem recorrer os sistemas turísticos estão dispostos desigualmente no ambiente.

Foi possível perceber que o ambiente é capaz não só de influenciar e interferir sobre os sistemas turísticos, afetando seu funcionamento, como de distinguir os sistemas turísticos entre si. Deste modo, surgem algumas questões: o sistema turístico é capaz de se organizar e escolher suas próprias estruturas? A realização de operações autopoieticas é inerente aos sistemas, devendo ser tratada como princípio na Teoria dos Sistemas, ou são inerentes aos sistemas autopoieticos, assim definidos se da mesma forma se caracterizam suas operações?

O sistema turístico, como ficou evidente, não é um sistema autopoietico, em que o acoplamento estrutural atua apenas estimulando as operações, ao invés disso, é capaz de determinar quais, como e onde as operações serão processadas. Deste modo, a forma do sistema turístico não é autoreferenciada, é referenciada por dinâmicas alheias ao sistema.

REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: DINIZ, E. (Org.). **Globalização, Estado e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- COHN, G. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 13, N. 38, 1998.
- COOPER, C.; FLETCHER, J.; FYALL, A.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Turismo: princípios e práticas**. Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2007. 3ed.
- DANTAS, E. W. C. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no nordeste brasileiro. **Revista Espaço e Tempo**, N. 22, 2007.
- FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. Brasil:

Editora Brasiliense, 1980.

FRANK, G. Do Desenvolvimento e subdesenvolvimento. **Monthly Review**. P.17-67, 1966.

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, V. 15, N. 2 (58), 1995.

KATZ, D.; KAHN, R. L. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1976.

LENIN, V. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LOWY, M. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Revista Outubro**. 1998.

LUHMANN, N. The world society as a social system. **Int. General Systems**, V. 8, 1982.

LUHMANN, N. **A nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Goethe-Institut, 1997.

LUHMANN, N. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTEJANO, J. **Estructura del Mercado Turístico**. Editora Síntesis. Madrid. 1991.

PAULA, A. P. P. **Por uma Nova Gestão Pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RIBEIRO, D. **O dilema da América Latina**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. **Desenvolvimento e Crise**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982. 3ed.

SUNKEL, O. **O Subdesenvolvimento Latino-Americano e a Teoria do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum Editora Ltda, 1979.

VON BERTALANFFY, L. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.